ANEXO XI - FOLDER DO CME

CONSELHEIROS QUE COMPÕEM O CME

- Andréa do Rocio Caldas
- Andressa Fochesatto
- Berenice Valenzuela de Figueiredo Neves
- Christiane Izabella Schunig
- Claudete Pereira de Assunção
- Cristina Garcia
- Elisiane Santana Falkowski
- Elizabeth Helena Baptista Ramos
- Fabiano Luder
- Fábio Ferreira Rodrigues
- Ingrid Koop Winter
- Josiane Gonçalves Santos
- Kelen Patrícia Collarino
- Liana Márcia Justen
- Maíra Beloto de Camargo
- Maria Aparecida da Silva
- Maria Aparecida Martins Santos
- Maria Cristina Baptista Ramos
- Maria Cristina Elias Esper Stival
- Maria Elizabeth de Souza Teixeira
- Marlene Aparecida Comin de Araújo
- Michele Jaremczyk
- Pedro Roberto Wiens
- Raquel Adriano Momm Maciel de Camargo
- Rosana Pilch Carlesso
- Scheila Regina Martins Bissoqui
- Vanessa Marion Andreoli
- Vera Lúcia Bandeira

DIRETORIA
GESTÃO 2014/2016

Berenice Valenzuela de Figueiredo Neves
Presidente

Maria Aparecida da Silva
Vice-Presidente

EQUIPE INTERNA

Rosane Terezinha Draghetti
Secretária-geral

Assessoria técnico-pedagógica

Maria Cristina Elias Esper Stival
Neura Maria Weber Maron
Vera Lúcia Bandeira

Equipe Administrativa

Ana Lúcia Gouvêa da Silva
Everly Marques Canto
Lucimeri Petenuce Gabriel
Robeli Cristine Prodossimo Kracheski
Sandra Mara Kisleck Lopes Martins
Silvana Cordeiro de Mello
Vivian Carmen Vasconcellos Kuenzer

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA
Rua Doutor Roberto Barrozo n.º 644/630
Bom Retiro - CEP 80520-070 - Curitiba/Paraná
Tel. (41) 3225-5299 - E-mail: cme@sme.curitiba.pr.gov.br

Município de Curitiba – Estado do Paraná

CME

Conselho Municipal
de Educação de Curitiba

CURITIBA
PREFEITURA DA CIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA – CME

CRIAÇÃO

Foi criado pela Lei n.º 6.763 de 22 de novembro de 1985, alterada pela **Lei n.º 12.081 de 19 de dezembro de 2006**.

O QUE É

É um **órgão** colegiado integrante do SISMEN, de caráter permanente, autônomo e deliberativo, com funções **normativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e de controle social**, de forma a assegurar a participação da sociedade na gestão da educação municipal.

OBJETIVO DO CME

Assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, contribuindo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

SISMEN

A **Lei n.º 12.090 de 19 de dezembro de 2006** "dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN".

COMPÕEM O SISMEN

- A Secretaria Municipal da Educação – SME.
- O Conselho Municipal de Educação – CME.
- As instituições de educação infantil e de ensino fundamental mantidas pelo poder público municipal.
- As instituições municipais especializadas no atendimento e apoio ao processo educacional.
- As instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.
- O conjunto de normas complementares.

O Conselho Municipal de Educação é o Órgão Normativo, e a Secretaria Municipal da Educação é o Órgão Administrativo do SISMEN.

FUNÇÕES DO CME

NORMATIVA E DELIBERATIVA

São exercidas pela aprovação de normas para o SISMEN e deliberações sobre assuntos relativos ao processo educacional das instituições que o compõem.

CONSULTIVA

É exercida pela emissão de pareceres a consultas sobre assuntos educacionais de sua competência, formuladas pela SME ou entidades de âmbito municipal.

FISCALIZADORA

É exercida na verificação do cumprimento da legislação e das normas educacionais pelas instituições integrantes do SISMEN, com a possibilidade da aplicação de sanções quando ocorrer seu descumprimento.

MOBILIZADORA

Caracteriza-se pelo estímulo à participação da sociedade no acompanhamento e controle da oferta dos serviços educacionais.

CONTROLE SOCIAL

Prioriza o acompanhamento da execução das políticas públicas e da garantia do direito à educação, demandando soluções aos órgãos competentes, quando forem constatadas irregularidades.

FUNCIONAMENTO DO CME

O CME funciona em Conselho Pleno e três Câmaras Setoriais:

- Câmara de Gestão do Sistema
- Câmara de Ensino Fundamental
- Câmara de Educação Infantil

O CME dispõe de Comissões Temporárias, conforme seu Regimento, que devem cumprir as atribuições definidas pelo Conselho Pleno e constantes de Portaria específica.

COMPOSIÇÃO DO CME

O CME é constituído de 15 membros titulares e respectivos suplentes, representativos dos seguintes segmentos:

I – Poder Executivo Municipal.

II – Instituições de educação infantil conveniadas.

III – Servidores da Educação – SISMUC.

IV – Servidores do Magistério – SISMMAC.

V – Pais de alunos.

VI – Escolas particulares de educação infantil.

VII – Sistema Estadual de Ensino.

VIII – Instituições de ensino superior de Curitiba, formadoras do Magistério.

IX – Câmara Municipal de Curitiba.

ANEXO XII - BANNER DO I FORUM DO CME

ANEXO XIII – PLANO DE TRABALHO DOS PALESTRANTES

PLANO DE TRABALHO – PROF.ª DR.ª VERONICA BRANCO

TEMA: I Fórum do Conselho Municipal de Educação de Curitiba – Em debate: A Educação Integral, seus desafios, seus limites e suas possibilidades – Por uma Política Pública Necessária.

CONTEÚDOS DO CURSO

- Ampliação do tempo e do espaço escolar e as experiências do Estado do Paraná, na Educação Integral.

OBJETIVOS

- Debater sobre as políticas públicas de ampliação do tempo escolar no território brasileiro, frente à legislação vigente e demais documentos norteadores.
- Divulgar à comunidade escolar o trabalho desenvolvido pelo CME com respaldo nas discussões realizadas pela Comissão Temporária de Educação Integral .
- Oportunizar momentos de trocas de experiências e debates entre os palestrantes convidados e os segmentos participantes do evento.
- Subsidiar a Comissão Temporária de educação Integral do Conselho Municipal de Educação de Curitiba, na elaboração da minuta do parecer e da liberação, referentes ao tema.

INTRODUÇÃO

A concepção de Educação Integral no Brasil está fortemente marcada pelas ideias e experiências conduzidas pelo educador Anísio Teixeira, no Estado da Bahia. O pioneiro do movimento da Escola Nova teve a oportunidade de nos anos de 1925 a 1928 e posteriormente, por toda a década de 50, realizar um trabalho admirável em defesa da Educação em Tempo Integral. Também teve a oportunidade de implantar escolas de Tempo Integral em Brasília, Distrito Federal nos anos 60.

Dentro da temática, a Prefeitura Municipal de Curitiba, juntamente com o Estado do Rio de Janeiro foi pioneira na retomada do tema e na implantação de Educação em Tempo Integral no sistema de ensino público brasileiro em meados da década dos anos 80, do século XX.

Já no século XXI, a temática da Educação Integral ressurge no cenário nacional e ganha forças a partir do Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007 e normatizado pelo Decreto n° 7.083, de 27 de janeiro de 2010,como uma estratégia indutora do Governo Federal para a implantação da Educação Integral com a reorganização curricular da educação básica.

Porém a atualidade do tema está consagrada a partir da aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE) para a década de 2014/2023 que contempla entre suas vinte metas, na sexta delas a implantação da Educação Integral em 50% das escolas públicas brasileiras.

Portanto, a partir dessa normativa torna-se imperiosa a discussão, a definição e a implantação da educação Integral nas escolas públicas brasileiras como forma de dar cumprimento paulatino do percentual previsto no PNE.

JUSTIFICATIVA

As experiências de Educação em Tempo Integral e Educação Integral vêem ocorrendo no Estado do Paraná desde a década de 80 do século XX, e por isso faz-se necessário uma análise das diferentes concepções que as embasam, bem como suas características e diferenças como forma de se verificar a compatibilidade ou não com o Programa de Educação Integral do Governo Federal: Programa Mais Educação (PME). Essa questão é importante porque o PME aporta recursos e apoio pedagógico para as escolas. Sem eles, a maioria dos municípios encontram dificuldades para implantar e manter a Educação Integral, contando só com seus recursos.

A principal diferença entre as concepções de Educação em Tempo Integral histórica e contemporânea está no foco sobre a aprendizagem, na organização do tempo, dos espaços e territórios que determinam uma nova forma de organização do trabalho pedagógico.

O conhecimento de como se encontra a implantação da educação Integral no âmbito do Estado do Paraná é fundamental para uma tomada de decisões das políticas públicas dos municípios paranaenses.

METODOLOGIA

Utilização de texto e imagens em power point para apresentar referencial teórico e panorama da implantação da educação integral no estado do Paraná.
Discutir com os participantes as práticas e confrontá-las com o currículo e com as novas formas de organização do trabalho pedagógico.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Computador e aparelho multimídia.

AVALIAÇÃO

Em se tratando de uma palestra o interesse despertado pelo tema através dos questionamentos levantados pelos participantes presentes será o principal fator a ser considerado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRANCO, Veronica e GUIMARÃES, Sandra Regina K. O desafio da construção da educação integral: formação continuada de professores alfabetizadores do município de Porecatu. **In:** COELHO**,** Lígia Martha C. da Costa**. Educação Integral: história; políticas; práticas. Rio de Janeiro: Rovelle, 2013.**

2. BRANCO, Veronica e TORALES, Marília Andrade (org) **Educar em Revista, Dossiê: O valor do tempo em Educação: jornadas escolares ampliadas; educação integral e outras experiências sobre o uso e o significado do tempo educativo escolar;** nº 45 jul./set.2012. Curitiba: Editora UFPR**.**

3. BRANSFORD, J., BROWN, A., e COCKING, R. **Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola**. São Paulo:Senac São Paulo, 2007.

4. BRASIL, DECRETOS e LEIS. Decreto Presidencial nº7.083 de 27 de janeiro de 2010.

5. BRASIL, DECRETOS e LEIS. Portaria Interministerial nº17 de 24/04/2007.

6. CAVALIÈRE, A.M.V. e COELHO, L.M. da C. (orgs). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, Vozes, 2002.

7. CAVALIÈRE, A.M.V. Escolas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil. In: COELHO, L.M. da C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis, Vozes, 2002.
8. ÉBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação Integral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969.
9. GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em Processo**. São Paulo:Instituto Paulo Freire, 2010.
10. GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã. São Paulo. Cortez, 2006.
11. LECLERC, Gesuina de Fátima Elias e MOLL, Jaqueline (org). **Em aberto/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Políticas de Educação Integral em jornada ampliada**. v.25, nº88, jul/dez 2012. Brasília: O Instituto, 2012.
12. MOLL, Jaqueline (org) E**ducação integral/integrada e(m) tempo integral:concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Relatório da pesquisa quantitativa**. Brasília:MEC, 2009.
13. MOLL, Jaqueline (org). **Caderno Educação Integral: série Mais Educação**. Brasília,MEC/SECAD, 2008.
14. MOLL, Jaqueline (org). **Educação integral/integrada e(m) tempo integral:concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Relatório da pesquisa qualitativa**. Brasília:MEC, 2010.
15. MOLL, Jaqueline e colaboradores**. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre:Penso, 2012
16. RIBEIRO, Darcy. CIEP's e CIAC's: **a educação como prioridade**. Rio de Janeiro, Block, 1992.
17. RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEP's.** Rio de Janeiro, Block, 1986.

PLANO DE TRABALHO – YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE

ÁREA: Organização do Ensino

DOCENTE: Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde

TEMA: I Fórum do Conselho Municipal de Educação de Curitiba – Em debate: A Educação Integral, seus desafios, seus limites e suas possibilidades – Por uma Política Pública Necessária.

INTRODUÇÃO

O grande debate nacional da educação pública no Brasil está pautado com as discussões sobre a reorganização dos tempos escolares. Diversas são as vertentes que apoiam a extensão da jornada escolar quer pela necessidade social das mães trabalhadoras, pela carência de programas de atendimento à infância, em especial, aos que vivem em situação de abandono, quer ainda pela defesa de uma escola que resgate a qualidade do processo educativo ou ainda pela necessidade da educação integral que dificilmente é atingida em tempos reduzidos e divididos com inúmeras outras atividades desenvolvidas pela escola. O tema é emergente e traz desafios de diferentes ordens. Um deles é a análise e o encaminhamento da carreira e formação dos profissionais para atuar em regime de tempo integral numa escola igualmente de tempo integral. Essa discussão nos remete à falta de definição curricular, de materiais pedagógicos, de infraestrutura escolar e da própria gestão do sistema, da rede e da escola. Enfim, são muitos aspectos a serem definidos e, nesse sentido, o presente evento está legitimado pela conjuntura política a se efetivar e provocar a sociedade para as tomadas de decisões que emergem para a organização da educação pública dos próximos anos.

JUSTIFICATIVA

Um dos aspectos fundamentais para serem enfrentados na reorganização do sistema educacional, das redes de ensino e da escola é o enfrentamento das estratégias de adequação e posicionamentos sobre os profissionais da educação que atuam e atuarão na escola de tempo integral. Valorizar o Professor é compreendê-lo e estimulá-lo a agir como sujeito epistêmico. Profissional que não só lida com o conhecimento, como produz conhecimentos. Um profissional que vai além do comum e aceita mergulhar no mundo da escola, olhá-la sob diferentes

ângulos, questioná-la, propor mudanças, agir e produzir novos saberes sobre essa prática repensada. Profissional que precisa ser respeitado em sua carreira e nas condições de trabalho. Profissional que necessita de formação inicial e continuada, organizada de forma sistêmica. Assim, o presente debate exige análises da atual conjuntura e tomada de decisões para a definição de políticas bem definidas e estratégicas para uma educação que se pretende de qualidade.

CONTEÚDOS DO CURSO

- Educação Integral no Brasil
- Histórico da educação integral
- Espaço e tempo na educação brasileira
- Experiências de extensão do tempo escolar
- Saberes e organização do trabalho pedagógico
- Formação de profissionais da educação acerca educação integral
- A formação dos profissionais da educação – legislação e normas
- Política atual de formação inicial e continuada
- Perspectivas para a formação de profissionais da educação integral

OBJETIVOS

- Debater sobre as políticas públicas de ampliação do tempo escolar no território brasileiro, frente à legislação vigente e demais documentos norteadores.
- Oportunizar momentos de trocas de experiências e debates entre os palestrantes convidados e os segmentos participantes do evento.
- Subsidiar a Comissão Temporária de educação Integral do Conselho Municipal de Educação de Curitiba, na elaboração da minuta do parecer e da liberação, referentes ao tema.

PARTICIPANTES

- Profissionais da Educação e ensino do SISMEN
- Conselhos Municipais da Educação da Região Metropolitana de Curitiba
- Secretaria Municipal da Educação de Curitiba – SME
- Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED
- União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná – UNDIME

- União dos Conselhos Municipais de Educação do Paraná – UNCME
- Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente

CONTRATAÇÃO PARA: Uma palestra

PERÌODO DE REALIZAÇÃO: 18/08/2014

HORÁRIO: 15h às 16h30

LOCAL: Salão de Atos do Parque Barigui - Curitiba - PR

METODOLOGIA

RECURSOS NECESSÁRIOS

Material para apresentação didática: Datashow ou similar.

AVALIAÇÃO

A curto prazo, verificar a clareza da apresentação e as possibilidades de utilização na continuidade dos trabalhos do CME de Curitiba. A médio prazo espera-se que as contribuições trazidas pela apresentadora por meio de conhecimentos e experiências relatadas favoreça o encaminhamento de propostas de implementação de programas de formação inicial e continuada na rede municipal.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS LEGAIS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

____. Lei n° 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 fev. 2006.

____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25jun. 2014.

____. Decreto, nº. 6.253 de 13 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho

de 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 nov. 2007.

____. Portaria Normativa Interministerial n° 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2007.

____. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n° 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2007.

_____. Decreto N º 7083,de 27 de janeiro de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar, São Paulo: Paz e Terra, 1995.
2. ARCO-VERDE, Yvelise F. S. A arquitetura do tempo na cultura escolar. Um estudo sobre os Centros de Educação Integral de Curitiba. 2003. 406f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Gradução em Educação: História, Política, Sociedade, PUC-SP, São Paulo, 2003.
3. ARCO-VERDE, Yvelise F. S. Tempo escolar e a organização do trabalho pedagógico. Revista Em Aberto. INEP, Brasília, n.88, 2011.
4. ARCO-VERDE, Yvelise F. S.Como a escola reage aos novos tempos escolares. In: COELHO, Lígia M C C. (org) Educação Integral. História.políticas.práticas. Rio de Janeiro: Rovelle, 2013. P.117-144.
5. ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
6. Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária, n. 2, p. 07-13, 2006.
7. CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O Lugar da Educação Integral na Política social. In:

8. CAVALIERE, A. M. Escolas públicas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil.
9. COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa. História(s) da educação integral. Em Aberto, Vol. 22, n.º 80, p.83-98., abril, 2009. Brasília:Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Aníxio Teixeira – INEP.
10. COMPÈRE, Marie-Madeleine (dir). Histoire du temps scolaire en Europe. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique y Éditions économica Paris, 1997.
11. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4366 >
12. ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 1998.
13. FARIA FILHO, Luciano Mendes. 2000. Dos pardieiros aos palácios. Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, Editora Universitária.
14. FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. 2000. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.º 14, p.19-34, mai-ago. 2000. Número especial.
15. FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas., 1993.
16. FRAGO, Antonio Viñao & ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade. A arquitetura como programa. Trad. de Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
17. FRAGO, Antonio Viñao. Tiempos escolares, tiempos sociales. La distribución del tiempo y del trabajo en la enseñanza primaria en Espanha (1838-1936). Barcelona – Córcega - Espanha, Editorial Ariel, S.A. 1998.
18. HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W.Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.
19. In: CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

20. JULIÁ, Dominique. La culture scolaire comme objet historique. In: Conferência de encerramento do ISCHE (XV International Standing Conference for the History of Education). Jul., Lisboa, 1993.

21. KERSTENEETZKY, Célia Lessa. Escola em tempo integral já: quando quantidade é qualidade. In: Ciência hoje. v. 39, n. 231, p. 18-23, out. 2006.

22. MAURICIO, Lucia Veloso (org). Educação integral e tempo integral. Em Aberto Vol. 22, n.º 80, abril, 2009, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

23. SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização. A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

24. TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 4.ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

25. VINCENT, Guy. L'école primaire française. Lyon et Paris: Presses Universitaires de Lyon et Editions de La Maison des Sciences de l" Homme., 1980.

CURRÍCULO SINTETIZADO

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (1979), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1985) e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Paraná. Foi Secretária de Estado da Educação do Paraná e presidente do CONSED. Foi Secretária Interina de Educação Básica do Ministério da Educação e está como Diretora de Apoio à Gestão Educacional da SEB/MEC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: formação docente, educação integral e escola de tempo integral, extensão universitária, e gestão da educação e da escola pública.

PLANO DE TRABALHO – PROF. DR. PROFESSOR DOUTOR MIGUEL GONZALEZ ARROYO

ÁREA: Organização e Funcionamento do Ensino

DOCENTE: Professor Doutor Miguel Gonzalez Arroyo

EVENTO: I Fórum do Conselho Municipal de Educação de Curitiba – Em debate: A Educação Integral, seus desafios, seus limites e suas possibilidades – Por uma Política Pública Necessária.

TEMÁTICA ABORDADA: O currículo na sua totalidade, para a escola de tempo integral, contemplando também a diversidade cultural.

INTRODUÇÃO

A educação integral possibilita ao estudante da educação básica apreender saberes e experiências de diferentes complexidades e dimensões, implicando outras formas de conceber currículos praticados nos contextos educativos. Os espaços educativos constituem uma realidade diversificada de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um espaço oportuno que contempla a diversidade de conhecimentos e culturas, que é permeado pela diversidade.

JUSTIFICATIVA

O evento intitulado I Fórum do Conselho Municipal de Educação de Curitiba – Em debate: A Educação Integral, seus desafios, seus limites e suas possibilidades – Por uma Política Pública necessária, será direcionado aos profissionais da educação e das demais instâncias envolvidas, a discussão referente à diversidade cultural e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. O tema deste evento configura um caráter indagador da diversidade dos currículos organizados às instituições de educação e de ensino, das propostas pedagógicas e dos documentos oficiais organizados pelos Sistemas de Ensino. Segundo Arroyo (2004a),

> a escola é também uma organização temporal. Por isso, o currículo pode ser visto como um ordenamento temporal do conhecimento e dos processos de ensinar e aprender. A organização escolar é ainda bastante rígida,

> segmentada e uniforme em nossa tradição, à qual todos(as) alunos e alunas indistintamente têm de adequar seus tempos.

A articulação do trabalho pedagógico a ser desenvolvido pelas equipes gestoras que atuam nos diversos momentos pedagógicos da educação integral, considerando uma ampliação de oportunidades e situações especialmente planejadas aos estudantes, com a finalidade de promover aprendizagens significativas e emancipadoras.

METODOLOGIA

O trabalho a ser desenvolvido será por meio de palestra abordará a temática "O currículo na sua totalidade, para a escola de tempo integral, contemplando a diversidade cultural", no dia 19 de agosto, das 1Oh às 11h, com duração de 1 hora bem como, interação com os participantes que poderão no final da explanação oral efetuarem perguntas pertinentes à temática discutida, e no mesmo dia no período da tarde, atenderá a questionamentos e dúvidas, promovendo troca de experiências entre os participantes do evento, na perspectiva da efetivação dos objetivos propostos com este evento.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Materiais: microfone, datashow, som, livros

Humanos: Profissionais do Magistério que atuam nas instituições de Educação e de Ensino de Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN**;** Conselhos Municipais da Educação da Região Metropolitana de Curitiba; Secretaria de Estado da Educação do Paraná**;** União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná**;** União dos Conselhos Municipais de Educação do Paraná; Ministério Público do Paraná – MPPR**.** Conselhos Tutelares e Pais.

Físicos: Salão de Atos do Centro de Educação Permanente, Parque Barigüi – Alameda Ecológica Burle Marx.

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo acontecerá no decorrer da explanação da palestra realizada pela manhã, sendo que o palestrante estará interagindo com perguntas relacionadas à temática; e no período da tarde, mediante a exposição das obras pela Editora Vozes será realizada troca de experiências e possíveis contribuições

para aplicabilidade na prática pedagógica das unidades escolares formais e não formais do Sistema de Ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004a.
2. ARROYO, Miguel G. O direito a tempos – espaços de um justo e digno viver. In: Jaqueline Moll. (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012, v.p. 23-34.
3. ARROYO, Miguel G. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: José Gimeno Sacristán. (Org.).**Saberes e incertezas sobre o currículo**. 1 ed.Porto Alegre: Penso, 2013, v. , p. 108-125.
4. ARROYO, Miguel G. Propostas e práticas que interpelam as teorias pedagógicas. In: MOLL, Jaqueline. (Org.).**Os tempos da vida nos tempos da escola**. 2 ed.Porto Alegre: Penso, 2013, v. , p. 28-49.
5. ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.49-81.

CURRÍCULO SIMPLIFICADO

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1970),mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974) e doutorado (PhDem Educação) - Stanford University (1976). É Professor Titular Emérito da Faculdade de Educaçã da UFMG. Foi Secretário Adjunto de Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, coordenando e elaborando a implantação da proposta político-pedagógica Escola Plural. Acompanha propostas educativas em várias redes estaduais e municipais do país. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional e Administração de Sistemas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, cultura escolar, gestão escolar, educação básica e currículo.

PLANO DE TRABALHO - PROFª DR.ª JAQUELINE MOLL

ÁREA: Organização e funcionamento do ensino
DOCENTE: Professora Doutora Jaqueline Moll
EVENTO: I Fórum do Conselho Municipal de Educação de Curitiba – Em debate: A Educação Integral, seus desafios, seus limites e suas possibilidades – Por uma Política Pública necessária.
TEMÁTICA ABORDADA: Abordagem das políticas públicas na perspectiva da implementação dos Programas de Educação Integral.

INTRODUÇÃO

Para efetivação do I Fórum do Conselho Municipal de Educação de Curitiba – Em debate: A Educação Integral, seus desafios, seus limites e suas possibilidades – Por uma Política Pública necessária, os participantes do evento terão subsídios que pressupõe em debater sobre as políticas públicas de ampliação do tempo escolar no território brasileiro, frente à legislação vigente e demais documentos norteadores.

JUSTIFICATIVA

Atualmente se observa no cenário nacional a emergência de políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade na educação básica no território brasileiro. Para alcançar este fim, o poder público e a sociedade civil vêm construindo esforços para atendimento aos estudantes nos espaços educativos. Dentre as iniciativas, a ampliação da jornada escolar nas redes públicas de ensino e privado, vem sendo pela implementado por projetos e programas educacionais, de ampliação da jornada escolar, oportunizando espaço nas políticas públicas das três esferas administrativas (federal, estadual, municipal), seja no formato de programas, como também no ordenamento de legislações vigentes sobre a temática.

METODOLOGIA

O trabalho a ser desenvolvido será por meio de palestra abordará a temática “Abordagem das políticas públicas na perspectiva da implementação dos Programas de Educação Integral”, no dia 19 de agosto, das 14h 30 às 16:00h, com duração de 1 hora e meia, bem como, atenderá a questionamentos e dúvidas, promovendo

troca de experiências entre os participantes do evento, na perspectiva da efetivação dos objetivos propostos com este evento.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Materiais: microfone, datashow, som, livros

Humanos: Profissionais do Magistério que atuam nas instituições de Educação e de Ensino de Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN**;** Conselhos Municipais da Educação da Região Metropolitana de Curitiba; Secretaria de Estado da Educação do Paraná**;** União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná**;** União dos Conselhos Municipais de Educação do Paraná; Ministério Público do Paraná – MPPR**.** Conselhos Tutelares e Pais.

Físicos: Salão de Atos do Centro de Educação Permanente, Parque Barigüi – Alameda Ecológica Burle Marx.

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo acontecerá no decorrer da explanação da palestra realizada pela tarde, sendo que o palestrante estará interagindo com perguntas relacionadas e possíveis contribuições para aplicabilidade na prática pedagógica das unidades escolares formais e não formais do Sistema de Ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARROYO, Miguel G. Propostas e práticas que interpelam as teorias pedagógicas. In: MOLL, Jaqueline. (Org.).**Os tempos da vida nos tempos da escola**. 2 ed.Porto Alegre: Penso, 2013, v. , p. 28-49.
2. ECLERC, G. F. E. ; **MOLL, J.** . Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da educação integral e em tempo integral. Educar em Revista (Impresso), v. 45, p. 91-110, 2012.
3. **MOLL, J.** . A construção da educação integral no Brasil: aportes do Programa Mais Educação. In: Lígia Martha C. da Costa Coelho. (Org.). Educação integral: história, política e práticas. 1ed.Rio de Janeiro, RJ: Rovelle, 2013, v. , p. 69-83.
4. **MOLL, J.** . Os tempos da vida nos tempos da escola: em que direção caminha a mudança?. In: Jaqueline Moll. (Org.). Os tempos da vida nos tempos da escola:

construindo possibilidades. 2a.ed.Porto Alegre: Penso Editora Ltda., 2013, v. , p. 40-49.

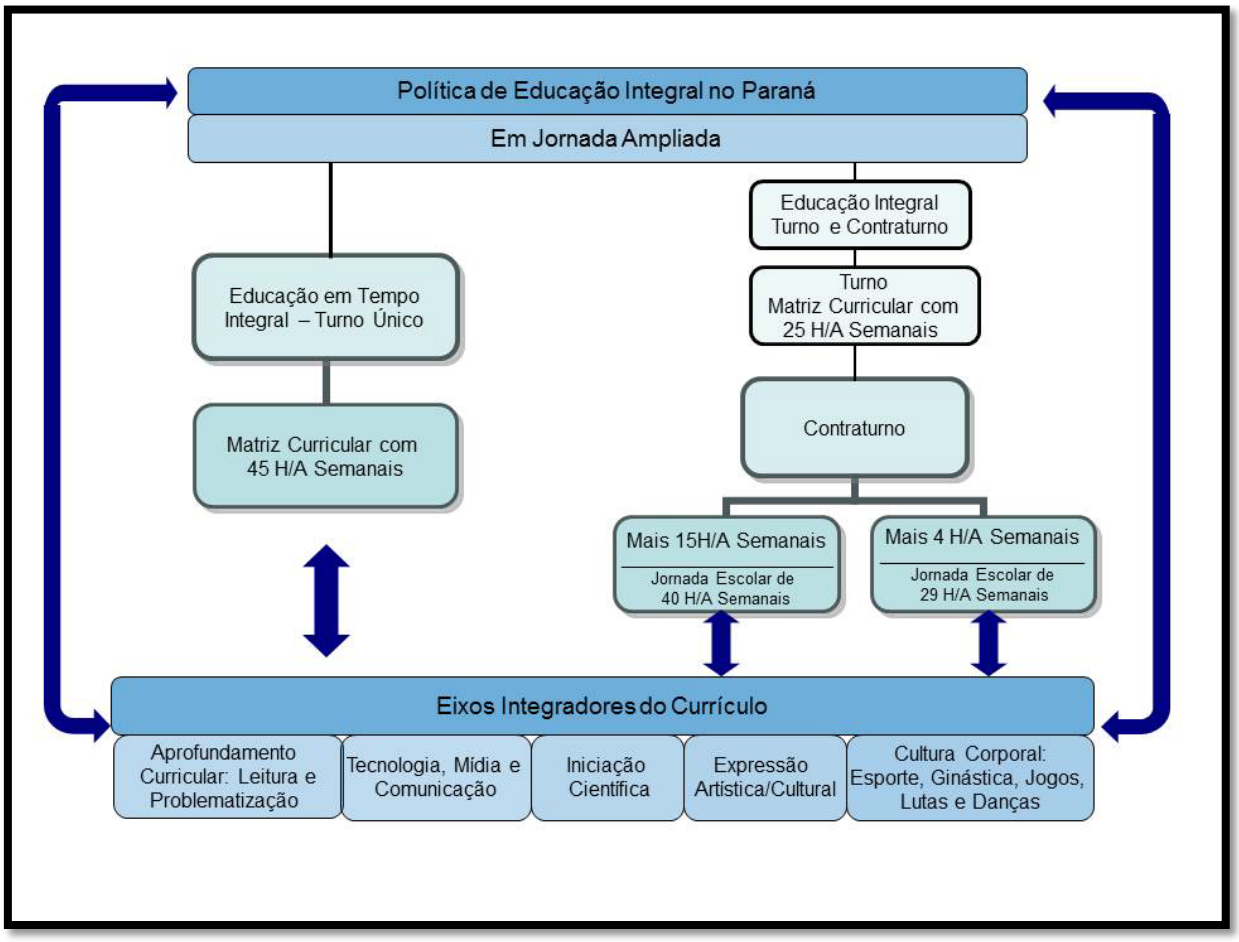
CURRÍCULO SIMPLIFICADO

Trabalhou no Ministério da Educação no período de 2005 a 2013, tendo exercido as funções de Diretora de Políticas e Articulação Institucional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Permanente, Alfabetização e Diversidade e Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica. Foi professora dos anos iniciais do ensino fundamental e ingressou no magistério superior em 1987 como professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Seu campo de trabalho e pesquisa educacional tem ênfase na área de políticas públicas e práticas pedagógicas, dialogando e construindo formas de intervenção nos temas da alfabetização, educação de jovens e adultos, fracasso escolar, pedagogias urbanas e relações entre escola e cidade, e, educação integral. Coordenou no Ministério da Educação a implantação do PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos Integrado a Educação Profissional) no período de 2005 a 2007 e do Programa Mais Educação, no período de 2008 a 2013, como estratégia para a indução da política de educação integral em tempo integral no Brasil.

ANEXO XIV - FUNÇÕES DAS MEDIADORAS, RELATORA E COORDENADORA DE MESA.

<table>
<tr><th>MEDIADORAS</th><th>DIA</th><th>HORA</th><td rowspan="5">• Atuar no momento do debate, resgatar alguns pontos importantes apontados pelo docente.
• Poderá ser combinado com os docentes a melhor forma para responder as questões.
• Relembrar que os cursistas poderão efetuar perguntas utilizando o formulário entregue
• Cuidar do tempo organizando a ordem das perguntas realizadas oralmente com a utilização de microfone;
• As perguntas realizadas por escrito, deverão ser selecionadas com o docente.
• Abrir até três falas/escritas dos cursistas num bloco de perguntas que o docente responderá na sequência. Combinar a melhor forma.
• Teremos 30 minutos para o debate 2 minutos para explanação da pergunta</td></tr>
<tr><td><u>Conselheiras</u>:
1 – Berenice Valenzuela de Figueiredo Neves</td><td>18/08</td><td>10h às 11h30min</td></tr>
<tr><td>3 – Josiane Gonçalves Santos</td><td>19/08</td><td>9h30 às 11h30</td></tr>
<tr><td>2 – Liana Márcia Justen</td><td>18/08</td><td>15h às 16h30min</td></tr>
<tr><td>4 – Marlene Aparecida Comin Araújo</td><td>19/08</td><td>14h30min às 16h</td></tr>
<tr><th colspan="3">RELATORAS</th><td rowspan="5">• Anotar as questões de conteúdo apresentadas pelo (a) palestrante.
• Anotar as questões apresentadas ao (a) palestrante, no momento do debate.
• Utilização de notebook, caderno de anotações, gravador (verificar pilhas)
• Deverá encaminhar as anotações feitas no momento do debate – escritas e orais.
• Entregar relatório escrito, com as anotações feitas, na próxima reunião da CEDIN.</td></tr>
<tr><td><u>Conselheiras:</u>
1 – Elisiane Santana Falkowski</td><td>18/08</td><td>10h às 11h30min</td></tr>
<tr><td>2 – Andressa Fochesatto</td><td>18/08</td><td>15h às 16h30min</td></tr>
<tr><td>3 – Maria Cristina Elias Esper Stival</td><td>19/08</td><td>9h30 às 11h30</td></tr>
<tr><td>4 – Claudete Pereira de Assunção</td><td>19/08</td><td>14h30min às 16h</td></tr>
<tr><th colspan="3">COORDENADORA DA MESA REDONDA – MR</th><td rowspan="2">• Apresentar os componentes da MR
• Informar que o tempo estará limitado a quinze minutos, podendo estender-se somente mais cinco.
• Ao final das falas abrir para o debate.</td></tr>
<tr><td><u>Conselheira:</u>
1 – Marlene Aparecida Comin Araújo
2 – Claudete Pereira de Assunção – (relatora)</td><td></td><td>16h30 às 17h30min
17h30 às18h</td></tr>
</table>

ANEXO XV – APRESENTAÇÃO SEED



ANEXO XVI – APRESENTAÇÃO DA PROFESSORA VERÕNICA BRANCO

AMPLIAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR E AS EXPERIÊNCIAS DO ESTADO DO PARANÁ NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Veronica Branco

Educação Integral/Educação Integrada e(m) Tempo Integral:
Concepções e práticas na educação brasileira

Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil

Estudo quantitativo – 2008/2009
Estudo qualitativo – 2010/2011

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Universidade Federal do Paraná – UFPR
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Universidade de Brasília - UnB

Principais objetivos:

Mapear experiências de jornada escolar ampliada no ensino fundamental do país;

Construir um banco de dados sobre jornada escolar ampliada no ensino fundamental

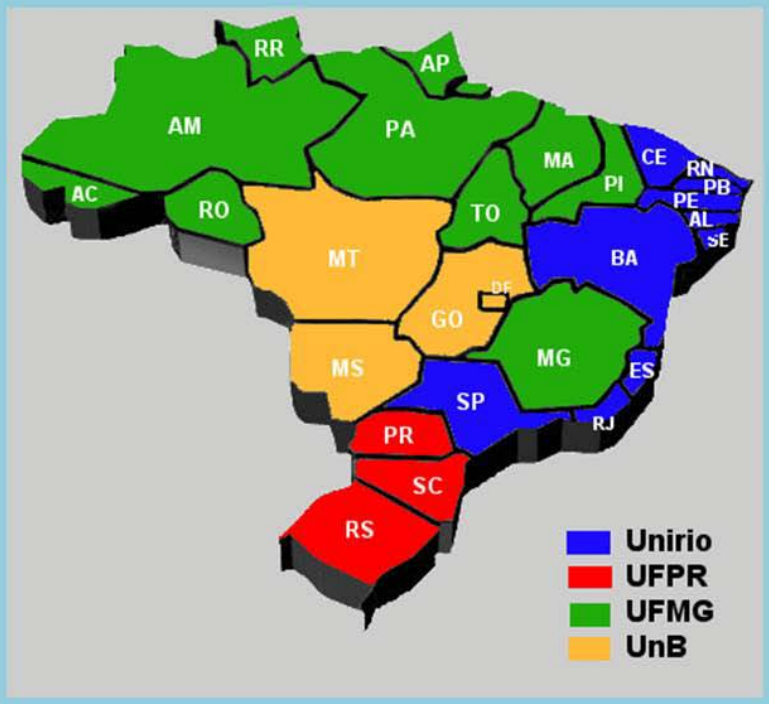
Participantes:

Redes municipais de ensino

Critério de ampliação de jornada:

qualquer aumento acima de uma hora além das 4 horas diárias previstas na L.D.B. 9.394/96

Território da Pesquisa



Municípios Respondentes, segundo os Estados da Região Sul (2008)

Estados	Nº municípios	Municípios respondentes	
		nº	%
Paraná	399	185	46,40%
Rio Grande do Sul	496	206	41,50%
Santa Catarina	293	78	26,60%
Total	1.188	469	39,50%

A Região Sul foi responsável por 39,50% dos dados nacionais coletados

Municípios respondentes com experiências de jornada ampliada, segundo os estados da região Sul (2008)

Estados	Municípios respondentes	Municípios com experiências	
		nº	%
Paraná	185	32	17,30%
Rio Grande do Sul	206	58	28,20%
Santa Catarina	78	27	34,60%
Total	469	117	24,90%

Experiências de jornada escolar ampliada, estados da região Sul (2008)

Estados	Número de experiências	Percentual de experiências
PR	52	31
RS	84	50
SC	32	19
Total	168	100

Alguns municípios desenvolviam mais de uma experiência de jornada ampliada

Atividades desenvolvidas – Paraná

	Nº	%
Música	37	71,2
Esportes	35	67,3
Dança	32	61,5
Aula de reforço	34	65,4
Informática	23	44,2
Teatro	24	46,2
Artesanato	27	51,9
Oficinas temáticas	27	51,9
Artes plásticas	23	44,2
Tarefas de casa	23	44,2
Artes visuais	24	46,2
Línguas estrangeiras	9	17,3
Capoeira	11	21,2
Oficinas de formação para o trabalho	6	11,5
Rádio/jornal	3	5,8
Outras atividades	8	15,4
Total	346	-

Música, Esportes, Dança e Aula de reforço são as atividades mais desenvolvidas no Paraná

Locais de realização das experiências dentro da escola

Locais	Paraná	
	nº reg.	% exp.
Sala de aula	47	90,4
Pátio	30	57,7
Quadra de esportes	26	50,0
Biblioteca	31	59,6
Laboratórios	20	38,5
Sala de multimeios	21	40,4
Auditório	10	19,2
Brinquedoteca	13	25,0
Outros locais	8	15,4
Total	206	-

Em 90% das experiências apareceram atividades desenvolvidas na sala de aula.

Também foram citados: o pátio, a quadra de esportes, e a biblioteca

Locais fora da escola em que eram realizadas as experiências

Locais	Paraná	
	nº reg.	% exp.
Campos de futebol/quadras	11	21,2
Praça pública e/ou parque	7	13,5
Associação comunitária	6	11,5
Espaços de outras secretarias	9	17,3
Clubes	3	5,8
Biblioteca	3	5,8
Igrejas	3	5,8
Casas particulares	1	1,9
Museus	-	-
ONG	1	1,9
Outros locais	7	15,3
Total	51	100

As experiências contavam com poucos lugares fora da escola.

Em 21,2% das citações aparecem os campos de futebol/quadras

Tempo de existência das experiências de jornada escolar ampliada, no Paraná

Meses	Estado Paraná	
	nº	%
Até 12	14	27
De 12 a 24	5	10
De 25 a 36	5	10
De 37 a 48	7	13
De 49 a 60	2	4
De 61 a 120	13	25
Mais de 120	6	12
Total	52	100

60% das experiências tinham até 4 anos de existência

36,5% das experiências tinham até 24 meses de existência

e 26% menos de 01 ano

Carga horária diária das escolas em que as experiências de jornada escolar ampliada são desenvolvidas

Horas diárias (dentro e fora da escola)	Paraná	
	Nº	%
4,5	-	-
5	6	11,5
5,5	-	-
6	10	19,2
6,5	-	
7	3	5,8
7,5	-	-
8 ou mais	33	63,5
Total	52	100,0

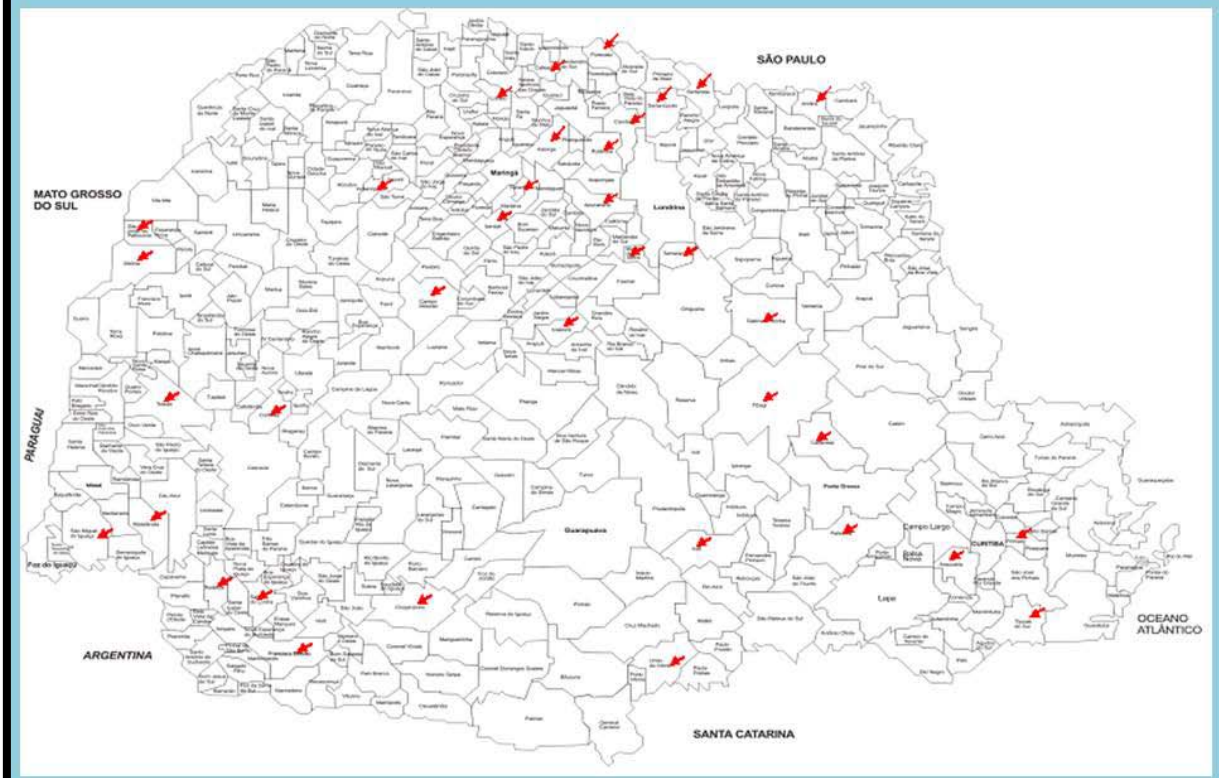
Número de dias da semana em que as experiências de jornada escolar ampliada são realizadas

Número de dias da semana	Paraná	
	Nº	%
1	-	-
2	4	7,7
3	9	17,3
4	5	9,6
5	34	65,4
Total	52	100,0

O cruzamento desses dados revela que 67% das experiências eram de Educação Integral

O estudo qualitativo teve como representante do Paraná a experiência da cidade de APUCARANA, por ser a experiência de maior tempo em execução (7anos) e atender a todos os alunos de 33, das 34 escolas da rede.

Municípios com Educação em Tempo ampliado no Paraná



PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

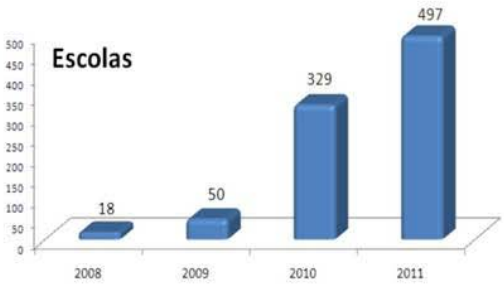
Estudo quantitativo
Nacional e por Regiões (2012/2013)
Estudo qualitativo (2014)

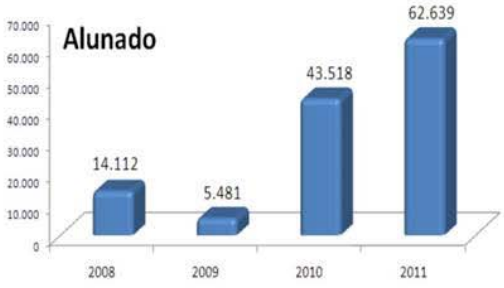
Pesquisa Nacional realizada por pesquisadores da

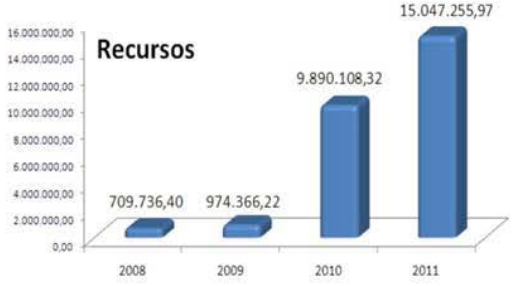
Universidade Federal de Goiás - UFG
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Universidade Federal do Pará - UFP
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

SEB/MEC - Abrangência e Evolução do Programa **MAIS EDUCAÇÃO**

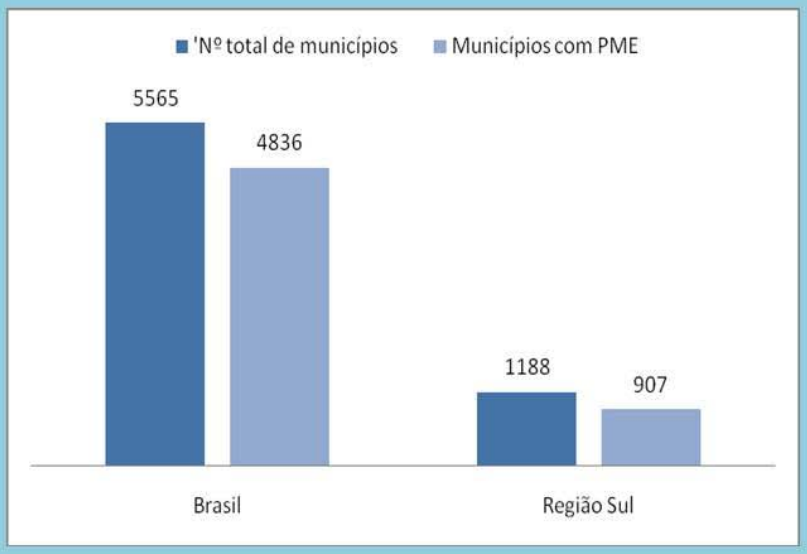
PR: em 21,6% dos municípios







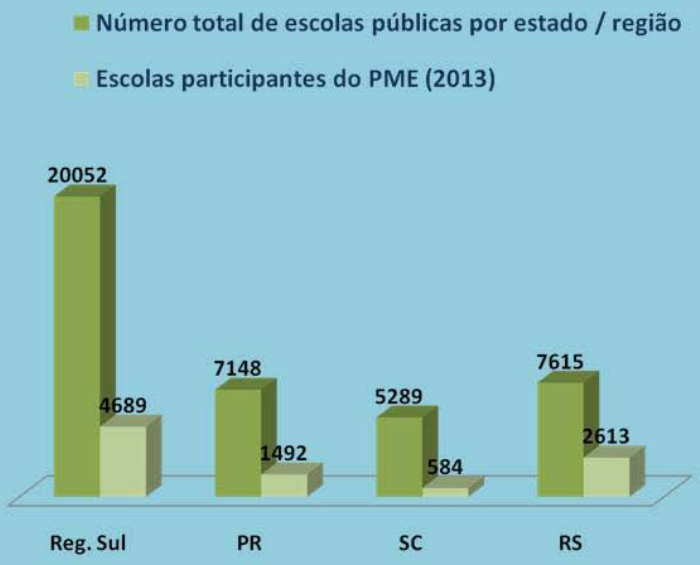
A Educação Integral no Brasil e no Paraná teve uma grande ampliação devido ao PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO



Programa Mais Educação em municípios do Brasil e de suas regiões (2008-2013)

Brasil e Regiões	Anos					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	54	131	398	1.378	3.380	4.836
Sul	10	17	80	239	519	907

Relação entre o número de escolas participantes do Programa Mais Educação e o total de escolas por estados da região sul do Brasil – 2013

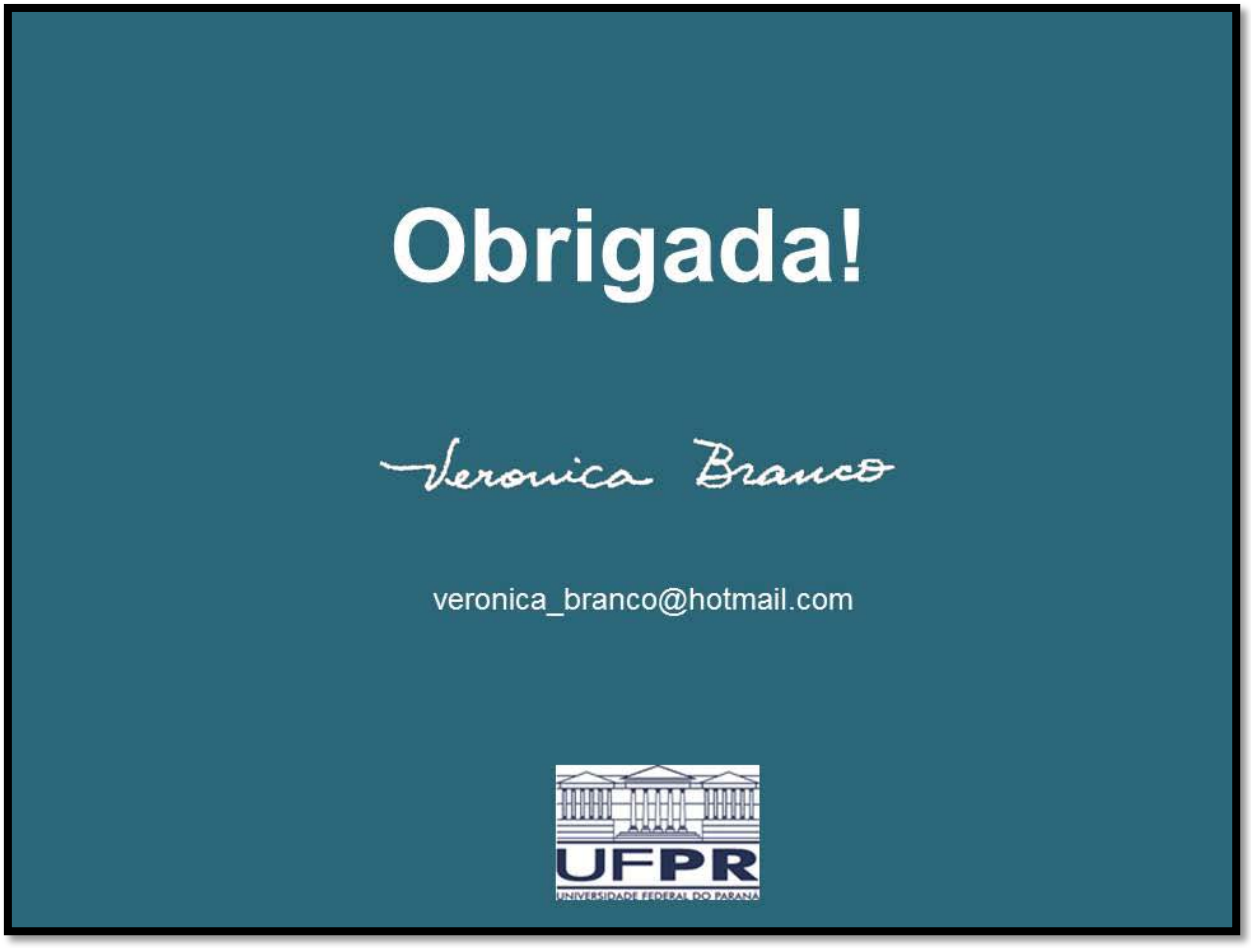


Região Sul	Anos					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Paraná	**18**	**50**	**329**	**497**	**819**	**1492**
Santa Catarina	6	37	119	236	297	584
Rio Grande do Sul	76	274	602	1180	1910	2613
Total	**100**	**361**	**1050**	**1913**	**3026**	**4689**

Do total das 1.492 escolas

662 escolas são estaduais – anos finais do Ensino Fundamental com 127.000 alunos em Educação Integral

830 escolas são municipais – anos iniciais do Ensino Fundamental


Obrigada!
Veronica Branco
veronica_branco@hotmail.com
UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ